

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.385 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. NUNES MARQUES
REQTE.(S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: PARTIDO NOVO, DIRETÓRIO NACIONAL
ADV.(A/S)	: RODRIGO SARAIVA MARINHO
ADV.(A/S)	: ANA CAROLINA SPONZA BRAGA
AM. CURIAE.	: PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT - DIRETÓRIO NACIONAL
ADV.(A/S)	: WALBER DE MOURA AGRA

DESPACHO

1. O Presidente da República ajuizou esta ação direta de inconstitucionalidade contra o art. 3º, III, “a” e “b”, da Lei n. 14.182, de 12 de julho de 2021, por meio dos quais, segundo alega, a União, após o processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e a alteração do estatuto social, manteve cerca de 42% das ações ordinárias da Empresa ao mesmo tempo em que teve reduzido o direito de exercício de voto a menos de 10% do capital votante.

Salienta que a limitação dos direitos políticos da União engloba o controle direto e o indireto. Articula prejuízo à desestatização, por inexistirem incentivos ao aumento de capital da Empresa, além de representar ameaça ao poder político dos acionistas minoritários.

Aponta inadequada e injustificável a medida, porquanto não promovida a pulverização do capital social da Eletrobras. Argui desnecessária a limitação, por não ser condição ao êxito da desestatização. Diz desproporcional, no sentido estrito, o ônus imposto à União quando contraposto ao patrimônio público investido e ao interesse social em jogo.

ADI 7385 / DF

Destaca indispensável o exercício dos plenos direitos políticos da União à garantia dos padrões de governança corporativa.

Sustenta incompatível com a supremacia e a indisponibilidade do interesse público a disposição da coisa pública sem contraprestação.

Requer, em sede cautelar, a suspensão parcial do art. 3º, III, “a” e “b”, da Lei n. 14.182/2021, a fim de que seja aplicável somente ao direito de voto referente a ações adquiridas após a desestatização da Eletrobras. Pleiteia, ainda, seja atribuída eficácia retroativa à medida cautelar, de modo a atingir a alteração do art. 6º do estatuto social da Empresa, atinente ao alcance tanto do controle direto quanto do indireto da União.

Pede, ao fim, a declaração parcial de inconstitucionalidade, sem redução de texto.

A Procuradoria-Geral da República (eDoc 181) sugeriu a abertura de tratativas conciliatórias entre as partes interessadas, a fim de alcançar solução consensual. Articulou a necessidade de ponderação dos valores constitucionais de mesma estatua mediante busca por solução de consenso. No mérito, opinou pela procedência do pedido.

Em 19 de dezembro de 2023, determinei o encaminhamento dos autos à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) para tentativa de solução amigável entre as partes (CPC, arts. 3º e 174), por 90 dias.

O Advogado-Geral da União (eDoc 224) requer a prorrogação, por mais 90 dias, do prazo concedido para tratativas conciliatórias. Aludindo à complexidade do tema, ressalta que as negociações não foram interrompidas e e que os interessados permanecem engajados na obtenção de acordo que contemple, de modo equilibrado, os interesses da

ADI 7385 / DF

União e da Empresa, com o objetivo de aprimorar a governança corporativa. Argumenta ser essa via a mais adequada para assegurar o interesse público e expressa confiança no desfecho consensual.

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) (eDoc 226) manifestou concordância com o pedido de prorrogação de prazo, requerido pelo Advogado-Geral da União.

2. Conforme evidenciado pelas amplas manifestações juntadas aos autos pelos interessados e *amici curiae*, a questão constitucional submetida ao Supremo é substancialmente complexa, cuja solução repercutirá de forma significativa na ordem econômica e social do Estado brasileiro.

Importa ressaltar, a mais não poder, que não é objeto desta ação a “reestatização” da Eletrobras, tampouco a declaração de inconstitucionalidade das normas que regulamentaram o processo de desestatização. O que se busca é garantir a possibilidade de a União exercer plenamente seus direitos políticos na Empresa de forma proporcional ao capital público investido.

Tendo em vista a envergadura dos preceitos fundamentais discutidos, a relevância estratégica da Eletrobras para o sistema elétrico nacional e o elevado investimento público em jogo, a solução deve buscar equacionar os interesses revelados pela tensão entre grupos controladores e controlados, sem perder de vista tanto o interesse público a nortear a prestação do serviço quanto a rentabilidade econômica da Empresa.

A par das informações juntadas pelo Advogado-Geral da União relativamente ao avanço das negociações e à confiança sustentada no desfecho conciliatório, tenho que a prorrogação do prazo, por mais 90 dias, para que as partes promovam o diálogo institucional, desenhem alternativas e alcancem uma solução para a questão constitui a direção

ADI 7385 / DF

mais prudente a seguir neste momento processual.

A intervenção judicial justifica-se a fim de promover, tanto quanto possível, a atuação coordenada e uniforme das instituições públicas, viabilizando-se o necessário concerto político. Assim, em controvérsias passíveis de antagonizar Poderes da República e/ou unidades políticas, compete a esta Corte zelar pela harmonia das relações jurídico-institucionais e pela intangibilidade do vínculo federativo.

Por fim, as partes demonstraram concordância quanto ao pedido de prorrogação do prazo, indicando que a sociedade se beneficiará dessa via.

Ante o exposto, prorrogo, por mais 90 dias, o prazo anteriormente concedido e reenvio os autos à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) para tentativa de solução amigável entre as partes (CPC, arts. 3º e 174), por 90 dias.

3. Encaminhe-se esta ação direta de inconstitucionalidade à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) para tentativa de conciliação e solução consensual e amigável entre as partes, tal como instrumento previsto nos arts. 3º e 174 do CPC, por 90 dias.

4. Publique-se.

Brasília, 4 de abril de 2024.

Ministro NUNES MARQUES

Relator

Documento assinado digitalmente